



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## TERMO DE REFERÊNCIA

### ANEXO I

#### CONTRATAÇÃO DIRETA - LEI Nº 14.133/2021

##### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para realização de serviços de manutenção preventiva na Subestação de Medição, Proteção e Transformação de 300 kVA existente no Fórum Eleitoral de Campo Grande-MS, bem como a elaboração dos ensaios constantes na descrição do serviço e relatório geral da situação da subestação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
	<b>1</b>	<b>INSTALAÇÕES FÍSICAS</b>
	1.1	Verificar o estado geral dos cubículos (paredes, portas/portões, pintura, sinais de corrosão, etc).
	1.2	Verificar a iluminação (geral e emergência).
	1.3	Verificar o sistema de ventilação e condições da ventilação forçada (exaustor se houver).
	1.4	Verificar o prazo de validade de tapetes e luvas isolantes.
	1.5	Verificar a validade dos extintores de incêndio.
	1.6	Verificar a presença/instalação de todas as sinalizações exigidas por norma.
	1.7	Providenciar a limpeza geral.
	<b>2</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>
	2.1	Análise Termográfica da instalação em geral.
	<b>2.2</b>	<b>DISJUNTORES</b>
	2.2.1	Teste de abertura e fechamento.
	2.2.2	Verificação dos contatos.
	2.2.3	Limpeza e lubrificação do comando.
	2.2.4	Limpeza das câmaras de extinção de arco.
	2.2.5	Inspeção das juntas de vedação.
	2.2.6	Verificação do nível de óleo isolante (disjuntores a óleo).
	<b>2.3</b>	<b>TRANSFORMADORES</b>

<p><b>1</b></p> <p><b>serviços de manutenção preventiva na Subestação de medição, proteção e transformação de 300kVA no Fórum Eleitoral de Campo Grande-MS.</b></p>	2.3.1	Medição da resistência do isolamento dos enrolamentos do transformador.
	2.3.2	Análise físico-químico do óleo isolante.
	2.3.3	Ensaio cromatográfico dos gases do óleo isolante.
	2.3.4	Medição da relação de transformação.
	2.3.5	Verificar a condição dos isoladores, buchas e conexões.
	2.3.6	Limpeza e reaperto das conexões.
	<b>2.4</b>	<b>CHAVE SECCIONADORA</b>
	2.4.1	Teste de abertura, fechamento e simultaneidade.
	2.4.2	Lubrificação das partes móveis.
	2.4.3	Verificação das condições dos isoladores e suportes.
	2.4.4	Teste de intertravamento elétrico.
	2.4.5	Limpeza e reaperto das conexões.
	<b>2.5</b>	<b>BARRAMENTOS</b>
	2.5.1	Verificação das conexões.
	2.5.2	Limpeza dos barramentos.
	<b>2.6</b>	<b>QUADROS DE CARGAS (BAIXA TENSÃO)</b>
	2.6.1	Reaperto dos parafusos e conexões em geral (disjuntores, barramentos, etc).
	2.6.2	Limpeza dos quadros.
	<b>2.7</b>	<b>ENSAIO DE RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO (MEGGER)</b>
	2.7.1	Medição da resistência de isolamento em cabos, conexões, barramentos e equipamentos.
	2.7.2	Relatório das medições.
	2.7.3	Verificação da integridade dos para raios, isoladores e equipamentos em geral.
	<b>3</b>	<b>ATERRAMENTO</b>
	3.1	Análise visual do sistema de aterramento.
	3.2	Verificação e reaperto das conexões do aterramento dos equipamentos e partes metálicas da subestação.
	3.3	Medição da resistência de aterramento.
	<b>4</b>	<b>ÓLEO DO TRANSFORMADOR</b>
	4.1	20 litros de óleo isolante para transformador - (Completar o nível).
	4.2	Análise físico-químico deste óleo isolante (caso tenha a necessidade de usá-lo).
	4.3	Ensaio cromatográfico dos gases deste óleo isolante (caso tenha a necessidade de usá-lo).

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria DG/TRE/MS nº 131/2023.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de

engenharia.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. A vigência da contratação será extinta:

- a) pelo decurso do prazo da vigência; ou
- b) pela prestação dos serviços.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de manutenção preventiva, testes e análises nos equipamentos que compõem a cabine de transformação elétrica do Fórum Eleitoral de Campo Grande.

2.2. As cabines primárias de transformação de energia, abrigam equipamentos de alta tensão, que necessitam de manutenção preventiva e corretiva executada por profissionais habilitados no segmento de mercado, a fim de melhorar a qualidade do sistema, vida útil dos equipamentos, prevenir sobrecargas ou curtos e afastar a inoperância do sistema, o que sob este vértice de análise, demonstra a essencialidade da pretensa contratação, visto que estamos diante de serviço essencial para o regular funcionamento elétrico do imóvel.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. Com o intuito de aumentar o nível de confiabilidade no fornecimento de energia elétrica no prédio que abriga o Fórum Eleitoral de Campo Grande, optou-se pela contratação de empresa especializada para realização de serviços de manutenção preventiva em subestação de medição, proteção e transformação de 300kVA.

3.2. A CONTRATADA deverá elaborar um cronograma para execução dos serviços, este cronograma deverá ser aprovado pela fiscalização para início dos serviços.

3.3. Realizado os serviços, testes e ensaios constante na descrição dos serviços, a CONTRATADA deverá elaborar um relatório geral situacional da cabine, apontando e justificando, caso necessário, a substituição de equipamentos, dispositivos ou necessidade de quaisquer outras alterações, visando atendimento de normas ou um melhor funcionamento do sistema.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A contratação visa a prestação de serviços especializados de manutenção preventiva, testes e ensaios nos equipamentos e dispositivos da subestação de transformação, proteção e transformação de 300kVA existente no Fórum eleitoral de Campo Grande, devendo serem observadas as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e as normas técnicas vigentes.

4.2. Os serviços abrangem verificações das instalações elétricas, análises/testes dos equipamentos (disjuntores/transformadores/chave seccionadora/barramentos/entre outros), análise e medições do sistema de aterramento e análise/ensaios no óleo refrigerador do transformador, sem previsão de fornecimento de eventuais peças de reposição, apenas do complemento do óleo do transformador, conforme previsto na descrição dos serviços.

- Qualificação técnica operacional

4.3. A CONTRATADA deverá comprovar aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ao objeto desta contratação **(Manutenção Preventiva em Subestação abrigada com Sistema de Medição e Proteção em Média Tensão)**, por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica ou acervo técnico profissional regularmente emitido pelo conselho profissional competente, conforme disposto na cláusula 8.2."f".

4.4. A responsabilidade pelos serviços caberá ao profissional habilitado (Engenheiro Eletricista ou equivalente, registrado no CREA ou outro conselho competente), sendo obrigatória a emissão da correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

4.5. Considerando que a prestação dos serviços se dará sem alocação de mão de obra com dedicação exclusiva e, realizados uma única vez e, por se tratar de serviços comuns de engenharia para empresas que atuam no ramo, não haverá necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

- Sustentabilidade

4.6. Os serviços executados deverão atender, quando aplicável, aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, bem como as normas produzidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, bem como o óleo lubrificante coletado para realização das análises solicitadas, após as mesmas, deverá ter uma destinação adequada de forma a evitar efeitos nocivo ao meio ambiente, obedecendo a resolução nº 362 de 23 de Junho de 2005 do CONAMA e os relatórios e laudos de execução dos serviços devem ser entregues obrigatoriamente em formato digital, sem a necessidade de impressão.

- Subcontratação

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

- Garantia da Contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

- Consórcio

4.9. Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitida a participação de consórcio na presente contratação.

## 5. EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratada deverá dispor de profissionais e equipamentos para a realização das atividades concernentes ao objeto da contratação.

5.2. Deverá elaborar e apresentar à fiscalização o cronograma previsto para execução das atividades contendo dias, horários e prazos de execução. Nos casos dos serviços que necessitem do desligamento do sistema, a contratada deverá agendar com a fiscalização dia e horário para realização, de forma a não

comprometer as atividades essenciais para funcionamento do prédio.

5.2.1. Os serviços serão prestados de forma única, não continuada, com prazo máximo de 30 dias, contados do recebimento da ordem de serviço, para execução, conforme cronograma acima referido.

5.3. A prestação dos serviços ocorrerá, via de regra, de segunda a sexta-feira, dentro do período compreendido entre as 08:00 as 18:00 horas, sendo possível, em caso de necessidade, a realização dos serviços em dias e horários distintos e deverá ser agendada com o Engenheiro Jorge Alan, do Tribunal Regional Eleitoral.

5.4. O serviço objeto desta contratação será prestado no prédio que abriga o Fórum Eleitoral de Campo Grande, localizado na Rua Delegado José Alfredo Hardman, nº 180, Parque dos Poderes, Campo grande-MS.

5.5. A execução do objeto será avaliada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendem a mensuração, entre outros, dos seguintes aspectos:

- a) Limpeza e organização da subestação após a realização das manutenções;
- b) Cumprimento do cronograma;
- c) Utilização de uniformes e EPI pelos funcionários da CONTRATADA;
- d) Atendimento das normas técnicas e demais obrigações decorrentes do contrato.

## **6. GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa ao fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

6.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), cabendo:

- a) acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá

notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

j) Formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.6.1. requisitar a prestação dos serviços, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

6.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

6.6.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

6.6.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, quando do término da execução dos serviços, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do

contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. O recebimento provisório e definitivo dos serviços ficará a cargo da fiscalização e será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal ou em termo próprio.

7.1.2. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo dos serviços.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser complementado ou refeito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da execução da totalidade dos serviços contratados.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela qualidade dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Da emissão da Nota Fiscal/Fatura**

7.8. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação dos serviços prestados, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.8.1. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.9. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

7.9.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará

sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.10. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.10.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.10.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.11. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **Prazo de Pagamento**

7.12. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pelo contratado.

7.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.14.1. Independentemente do percentual de tributo indicado, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.16. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data



prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: i = taxa percentual anual do valor de 6%,  $I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$ .

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO.

### Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

e) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e

**f) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA com a apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa física ou jurídica, ou acervo técnico profissional, que comprove que a empresa executou ou está executando satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação.**

f 1) Para fins da comprovação da qualificação técnica, considera-se prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação a execução dos serviços de Manutenção Preventiva em Subestação Abridada com Sistema de Medição e Proteção em Média Tensão.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

a) Gestão/Unidade: 14112 - TRE-MS;

- b) Fonte de Recursos: 20 GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;
- c) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;
- d) Elemento de Despesa: 3390.30.17;
- e) Plano Interno: IEF MANPRE.

## **10. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS**

- 10.1. Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 10.2. Exigir da contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
- 10.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços.
- 10.4. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na contratação.
- 10.5. Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.
- 10.6. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

## **11. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

- 11.1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas na Consulta de Preços e neste Termo de Referência.
- 11.2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
- 11.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade da contratada a contratação de funcionários necessários à perfeita execução dos serviços.
- 11.4. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.
- 11.5. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
- 11.6. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
- 11.7. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
  - 11.7.1 O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);
- 11.8. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento

próprio.

## 12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da notificação.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação na data do envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

12.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar imposição de penalidade mais grave;
- b) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- c) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência.

12.3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de 0,5% (meio por cento) por dia de **atraso no início ou conclusão dos serviços**, sobre o valor total da contratação. Após o décimo dia de atraso, a multa diária passará a 1% (um por cento) por dia, sobre o valor total da contratação e a Administração poderá, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de extinção contratual;
- b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, **por falha ou defeito não solucionado na prestação do serviço, após devida notificação pela fiscalização**;
- c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, por ocorrência, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento**;
- d) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de **desatendimento de cláusulas do Termo de Referência não especificadas neste item**;
- e) de 30% (trinta por cento) do valor total da contratação, se a contratada **recusar-se a receber a Nota de Empenho ou prestar o serviço**, sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por **falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas**, levar o Tribunal a extinção da contratação, podendo ser cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

12.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

12.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

12.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 12.3.2 e 12.3.3 abaixo;

12.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, em prazo não inferior a 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

12.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa:

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

12.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

12.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

12.3.6. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

12.3.7. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

12.3.8. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com quaisquer das demais penalidades previstas neste instrumento.

12.4. Será aplicada a penalidade de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a União, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando o contratado:

a) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) der causa à inexecução total da contratação;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.5. Será aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE quando o contratado:

a) prestar declaração falsa durante a execução da contratação;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.5.1. Também será aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, nas hipóteses previstas no item 12.4., quando justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.5.2. Aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, o contratado estará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.5.3. A aplicação da penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE é de competência exclusiva da autoridade máxima do TRE/MS.

12.6. A aplicação das sanções previstas neste capítulo serão apuradas nos termos da em processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

12.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

12.6.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão

patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. As sanções de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR e DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR admitem reabilitação, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "a" e "d" do subitem 13.5 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

12.12. Da aplicação das sanções ADVERTÊNCIA, MULTA E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

12.12.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.13. Da aplicação da sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)/Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 12.3.7.

12.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.17. Antes da aplicação das sanções previstas neste Capítulo, a contratada será notificada para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada

judicialmente.

12.18.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.19. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Referência ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Campo Grande, 16 de maio de 2024.

### Equipe de Planejamento da Contratação

**Jorge Alan Albernaz Garcia**

Integrante demandante/técnico

**Edismar Martins da Silva Lima**

Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **EDISMAR MARTINS DA SILVA LIMA**, **Técnico Judiciário**, em 16/05/2024, às 13:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1637874** e o código CRC **03AE2549**.

